

A ESCOLA E OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

Elizangela Silva de Oliveira

Márcia Peixoto Leal

Profº Fábio Luiz Alves de Amorim

Resumo

A escola precisa estar preparada para receber todas as novas configurações familiares, existentes em nossa sociedade, incluindo todos no processo ensino aprendizagem e nas tomadas de decisões. Porém, a escola tem mostrado certa falta de habilidade ao lidar com essas famílias, visto que suas práticas ainda estão direcionadas ao modelo tradicional, causando as famílias de diferentes arranjos, um sentimento de não pertencimento aquele espaço. Diante do exposto, surgem alguns questionamentos: Como são acolhidas essas famílias no cotidiano escolar? Como a escola se coloca nesse debate? Existem ações direcionadas a conscientização sobre os diferentes arranjos familiares, quais são elas? Como a escola se planeja para as datas comemorativas do dia dos pais e dia das mães? Qual a sensação do aluno ao observar que o modelo de sua família não é o modelo que a escola tem como a ideal? A partir destes questionamentos temos como objetivo identificar e analisar práticas de atuação das escolas com os novos arranjos familiares. O desenho metodológico se faz por meio de revisão bibliográfica. Para tanto, articulamos o pensamento de Parolin (2003), Szymanski (2002), entre outros autores às orientações da legislação vigente do Ministério da Educação e das correlatas ao tema. Como considerações finais podemos observar que as famílias que não se encaixam na tradição patriarcal ainda sofrem muito preconceito, negando a existência das mesmas. Um dos arranjos familiares que mais enfrentam desafios em se constituírem como família, são as formadas por casais homoafetivos. Daí a importância em avançar em ações que visem ampliar o conhecimento da sociedade frente a essas famílias. Na atualidade a compreensão de família, não somente se dá pelos laços sanguíneos ou de parentesco, mas principalmente pelas relações de afetividade e cuidado entre os membros que compõem a mesma (SZYMANSKI, 2002). Com isso, não podemos mais reconhecer a família padrão como uma estrutura predefinida e imutável e nem determinar funções a serem executadas por cada membro, visto a diversidade em que elas se apresentam e/ou se organizam.

Palavras-chave: Arranjos Familiares. Afetividade. Família e Escola.

INTRODUÇÃO

Este trabalho problematiza a relação entre a escola e a família. Nos últimos anos estamos presenciando mudanças significativas no que, até então, era concebido como “família”. Segundo Zani e Mansano (2017), a família é uma das instituições sociais que mais sofrem mudanças nos dias atuais e, com essas transformações, surgiu a diversidade de arranjos familiares. Diante do exposto as famílias contemporâneas encontram-se desafiadas a criar novas formas de viver e interagir com os demais integrantes e instituições da sociedade que ainda tem como modelo a família tradicional.

O cenário brasileiro a esse respeito não é animador, pois as redes sociais e manchetes de jornais têm mostrado a face de uma sociedade arcaica e conservadora. Um movimento que busca classificar, separar e desrespeitar toda e qualquer diferença seja ela social, econômica e, principalmente de orientação sexual. O que acarreta, muitas vezes, práticas preconceituosas e excludentes nos cotidianos escolares.

Embora a escola entenda a importância da contribuição das famílias na trajetória dos estudantes, as que contrariam o padrão culturalmente aceito, frequentemente são vistas por algumas instituições como 'problemas' ou 'mau exemplo' que se espalham dentro do espaço escolar (ROMANELLI, 2009). Uns dos arranjos familiares que mais enfrentam desafios no contexto escolar são as formadas por casais homoafetivos, visto que alguns professores, apesar de não veem problemas em ter nas salas de aula crianças criadas por esse modelo familiar, sentem dificuldade em estabelecer uma relação com os mesmos, dificultando assim, o trabalho direto com a família.

O objetivo da instituição escolar é integrar família e escola, porém esses comportamentos preconceituosos vão de encontro às ações educacionais que buscam essa integração, causando o distanciamento dessas famílias vistas como desestruturadas. Dessa forma o aprendizado e a formação da cidadania desses alunos são afetados pela ausência da inclusão dessas famílias (JUNIOR et al., 2015).

Nesse contexto, a escola precisa estar preparada para receber essas novas configurações familiares, incluindo todos no processo de ensino e de aprendizagem e nas tomadas de decisões no coletivo escolar. Porém, percebe-se que ainda existe muita resistência e falta de conhecimento a respeito do tema para lidar com essa nova realidade. As práticas ainda estão direcionadas ao modelo tradicional de família, ocasionando às famílias com diferentes arranjos um sentimento de não pertencimento aquele espaço. Diante do exposto, surgem alguns questionamentos: Como são acolhidas essas famílias no cotidiano escolar? Como a escola se coloca nesse debate? Existem ações direcionadas a conscientização sobre os diferentes arranjos familiares? Quais são elas? Como a escola se planeja para as datas comemorativas do dia dos pais e dia das mães? Qual a sensação do aluno ao observar que o arranjo de sua família não é o modelo que a escola tem como a ideal? E a partir deles, surge o problema de pesquisa: O que mostram os estudos a respeito da relação da escola com os novos arranjos familiares?

Nesse processo de pesquisa buscou-se como objetivo identificar nos estudos encontrados no Google Acadêmico, a relação da escola diante dos novos arranjos familiares. A partir disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio da busca de estudos que tangem ao tema, articulando os seguintes descritores: “família”, “novos arranjos familiares” e “família homoafetiva”.

Nesse exercício, analisamos os estudos encontrados nos sites pesquisados, fazendo apontamentos que consideramos importantes para debater a relação entre a escola e as famílias constituídas nesses novos arranjos familiares.

METODOLOGIA

Utilizamos neste trabalho de conclusão de curso o método de pesquisa descritiva com o objetivo de analisar e compreender o que os estudos sobre a escola e os novos arranjos familiares abordam, partindo de uma pesquisa bibliográfica e de natureza qualitativa. Essa pesquisa se realizou a partir da busca no banco de dados online Google Acadêmico de trabalhos na língua portuguesa, desenvolvidos a respeito do tema publicados no período de 2009 a 2021. Foram utilizados como descritores “Arranjos Familiares”, “Afetividade”, “Família e Escola”.

Diante do cenário atual pandêmico da Covid 19 que atingiu todo o mundo, optamos por uma metodologia que possibilitasse a execução e conclusão do nosso trabalho, de forma a cumprir os protocolos sanitários a fim de desacelerar o contágio pelo coronavírus. Tomamos como base Gil (2008, p. 50) o qual afirma que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Para fundamentarmos teoricamente o nosso trabalho, foram pesquisados artigos e dissertações que abordassem o tema “a escola e os novos arranjos familiares” e selecionados os estudos que articularam a temática de forma direta. Para análise bibliográfica foram utilizados documentos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Diário Oficial da União, o Estatuto da criança e do adolescente, a

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Censo demográfico 2010 (IBGE) e artigos e dissertações encontrados na base de dados online Google Acadêmico.

Nos tópicos seguintes, traremos as análises dos trabalhos selecionados no banco de dados do Google Acadêmico. Foram selecionados: 2 (duas) dissertações e 08 (oito) artigos.

REFERENCIAL TEÓRICO

DIVERSIDADE DE ARRANJOS FAMILIARES E A ESCOLA

Segundo Zani e Mansano (2017), a família é uma das instituições sociais que mais sofrem mudanças nos dias atuais e, com essas transformações, surgiram a diversidade de arranjos familiares. Diante do exposto as famílias contemporâneas encontram-se desafiadas a criar novas formas de viver e interagir com os demais integrantes da sociedade que ainda tem como modelo a família tradicional.

A instituição escolar ainda desconsidera a diversidade familiar presente na escola, por esse motivo, os “novos” arranjos familiares enfrentam problemas no espaço escolar, porque ainda observa-se a inexistência de ações conscientizadoras sobre o conceito de família e suas formas de organização, pois, a escola ainda orienta suas práticas pedagógicas a um modelo único de família (JÚNIOR et al., 2015).

Para que haja uma parceria entre escola e família a fim de alcançar êxito e visando o sucesso escolar, é primordial que a escola reconheça os diferentes arranjos familiares como parte integrante da comunidade escolar (CARVALHO, 2004). Dessa forma “[...] a escola não pode deixar de se preparar para melhor acolher as diferentes configurações familiares, as quais, na atualidade, manifestam-se com maior veemência, ao reivindicarem seu espaço na sociedade e, portanto, também no ambiente escolar” (MACHADO et al., 2017).

Breve histórico sobre a evolução do conceito de família

De acordo com Zani e Mansano (2017), a família tem sido alvo de atenção de diversas áreas do conhecimento devido ao ritmo acelerado em que ocorrem as constantes transformações em sua configuração. Em concordância com o autor, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao censo populacional do ano de 2010 (IBGE, 2012), constatou um crescimento exacerbado na forma como as famílias se estruturam.

Segundo Reis (1994), as famílias encontradas nos séculos XVI e XVII, eram famílias camponeses e aristocratas. Nesse período os casamentos eram arranjados e visavam apenas os bens materiais. Os homens administravam as terras e guerreavam, enquanto as mulheres se ocupavam com afazeres no castelo. As crianças eram ensinadas a respeitar a hierarquia familiar, porém não havia afeto entre pais e filhos.

Os modelos mais encontrados na sociedade do século XIX eram as famílias proletárias e a burguesa. Ambas, pouco se diferenciavam em sua configuração. Devido à pobreza no período da industrialização, os membros da família proletária trabalhavam arduamente nas fábricas. As crianças eram criadas por vizinhos, parentes ou viviam pelas ruas sem cuidado (REIS, 1994).

Nesse período não havia escolas e o conhecimento era compartilhado informalmente dos mais velhos para os mais novos. Por esse motivo, a família fez-se a primeira instituição responsável pela formação do sujeito (ARIÈS, 1981). Nesse contexto, a estrutura familiar reconhecida pela sociedade era a formada por pai, mãe e filhos e tinha como legítima a definição de família inclusa no dicionário que conceitua família como “um conjunto de pessoas, que vivem sob o mesmo teto, essencialmente o pai, a mãe e os filhos” (MICHAELIS, 2002).

A família sofreu e continua sofrendo alterações em sua forma de organização devido à ação do meio social, cultural e político, na qual está submersa (MACHADO et al., 2017). Dessa forma, segundo Iamamoto (2004) família não é mais aquela cujo alicerce é o enlace matrimonial. Em concordância com o autor está a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que reconheceu como família a união estável entre homem e mulher e a família monoparental (composta por mãe ou pai e seus filhos).

Segundo Zani e Mansano, os hábitos da família nuclear burguesa, além de permanecerem, ampliaram-se. Com isso, esse formato de organização familiar continua sendo visto na atualidade como modelo ideal. Porém, na sociedade contemporânea, podemos encontrar os mais diversos arranjos familiares, são alguns deles:

Além das famílias nucleares e monoparentais – que paulatinamente vinham conquistando espaços e aceitação no cenário social e/ou no campo dos direitos humanos, tais como as famílias formadas por casais gays e lésbicos – entre as quais há os que assumem os cuidados e/ou guarda de um filho de relacionamento anterior, sobrinho/parente ou uma criança em estado de abandono – e as famílias formadas por pessoas convivendo no mesmo espaço, sem vínculos de aliança ou consanguinidade, mas com ligações afetivas de mútua dependência e responsabilidade (CALDERON & GUIMARÃES, 1994, p. 27).

Algumas dessas famílias citadas acima, ainda sofrem muito preconceito diante de uma cultura patriarcal, que insiste em negar a existência das mesmas. Um dos arranjos familiares que mais enfrentam desafios em se constituírem como família, são as formadas por casais homoafetivos. Daí a importância em avançar em ações que visem ampliar o conhecimento da sociedade frente a essas famílias (RODRIGUES, 2018).

Na atualidade a compreensão de família, não somente se dá pelos laços sanguíneos ou de parentesco, mas principalmente pelas relações de afetividade e cuidado entre os membros que compõem a mesma (SZYMANSKI, 2002). Com isso, não podemos mais reconhecer a família padrão como uma estrutura predefinida e imutável e nem determinar funções a serem executadas por cada membro, visto a diversidade em que elas se apresentam (RODRIGUES, 2018).

Os direitos conquistados e sua influência no aumento dos diferentes arranjos familiares

O Brasil atravessou uma série de modificações em relação à família, desde a colonização escravocrata, que predominou até o século XIX, até as mudanças provocadas pela atualidade e industrialização (SANTOS e TONIOSSO, 2014).

Muitos fatores contribuíram para a liberdade da mulher, entre eles está o seu ingresso no mercado de trabalho, mesmo que nos tempos atuais ainda sofram preconceito. Hoje a mulher também tem a oportunidade de decidir se quer ou não viver a

maternidade assim como escolher a quantidade de filhos a criar. Esses aspectos contribuíam para o enfraquecimento da família nuclear e dominante que muitas vezes de forma autoritária impôs o seu modelo como o ideal (MOTT et al., 2009).

De acordo com Rodrigues (2018), a ascensão da mulher no mercado de trabalho possibilitou o seu crescimento e sua autonomia financeira, conduzindo a liderar suas famílias. Esses fatores favoreceram para o crescimento das separações e dos divórcios. Um dado importante é que 80% dos divórcios são solicitados pela vontade da mulher. Em 1977, o divórcio foi aprovado no Brasil pela lei nº 6.515 (BRASIL, 1977), o que levou ao aumento das famílias monoparentais administradas por mulheres e dos demais arranjos familiares (BRASIL, 2010).

Com o aumento dos divórcios no Brasil a Constituição Federal deferida em 1988 torna legítima a união estável visando o amparo da família, se constituindo como família heteronormativa, porém, não reconhecendo as relações homoafetivas (MOTT et al., 2009).

A década de 1990 indicou inúmeras transformações no que diz respeito aos casais homoafetivos em relação ao mundo gay e lésbico. Uma delas foi à luta e a conquista pelo reconhecimento da conjugalidade homossexual por determinação da Justiça Brasileira. Nesse período o foco passa a serem as questões afetivas na ótica da união homoafetiva (GROSSI, 2003; MELLO, 2006), levando assim, as uniões amorosas estáveis entre esses casais a serem vistas pela sociedade como uma nova forma de organização familiar, acompanhando a cultura dos países ocidentais (MELLO, 2005). Anteriormente, o ponto central era a discussão da liberdade em termos das relações sexuais desse público, comparando-a com libertinagem e a constante busca pela satisfação sexual.

Vale ressaltar que a queda da família patriarcal se deu ao movimento homossexual, gay e lésbico - em suas várias características - que entende que no lugar de regras sociais, coibições históricas e de uma doutrina judaica cristã rígida, predomine o amor, como um componente típico de uma política de identidade sexual (MOTT et al., 2009).

No Brasil, na primeira década do século XXI, os casais homoafetivos lutaram pela parentalidade e ganharam o direito legal de poder adotar crianças como filhos do casal, permitindo o registro do nome dos dois pais ou das duas mães na certidão de

nascimento da criança (CALDERON et al., 2016), assim como acontece com os casais heterossexuais. Porém, essa decisão não está em conformidade com o Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente que permite a adoção somente por pessoas casadas ou em união estável (MOTT et al., 2009).

[...] A distância entre a realidade de vida das pessoas e as leis que estão em vigor, por vezes, são tão grandes, pelo menos no nosso país, que os operadores do direito (advogados, promotores, juízes) buscam formas de lidar com os conflitos que surgem na nova família brasileira, em função, evidentemente, dos novos comportamentos sociais não previstos em lei (MOTT et al., 2009, p. 64).

De acordo com Calderón (2016) a justiça concorda que casais homoafetivos têm o direito e a competência de formar uma família, com totais condições psíquicas, amorosas e econômicas de cuidar, ensinar, preservar e amar uma criança. Vale salientar que uma vez que esses casais adotam uma criança, essa é definitiva e inalterável, isto é, eles nunca poderão anular essa decisão e esse direito jamais poderá ser retirado.

Importância da relação entre escola e família

A escola é um local, que junto com a família, auxilia os estudantes a ampliarem seus conhecimentos e a interagirem de forma crítica e participativa. Porém, com as transformações nas formas de organização familiar, como também os desafios encontrados pela falta de assistência de algumas instituições sociais como a justiça, a escola e a igreja frente a esses acontecimentos, podemos identificar a importância de entendermos estas mudanças para que sejamos capazes de planejar ações de forma assertiva (MOTT et al., 2009).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garantiu o direito da educação para todos, que passou a ser também dever do Estado e não apenas da família como era anteriormente, o que levou a educação básica a ser reconhecida como um direito primordial para a evolução do sujeito.

Segundo Diogo ao longo dos últimos anos, a relação que é estabelecida entre a escola e a família tem vindo a sofrer algumas alterações, “evoluindo de uma relação assimétrica, onde era atribuído um maior poder à escola e um papel mais passivo aos pais, para uma relação mais simétrica, de maior proximidade e onde a colaboração estreita entre família e escola é desejável” (1998, apud PISCANÇO, 2012, p.3).

O Ministério da Educação como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entende que é necessário que a escola e a família mantenham o contato e a participação entre elas, de uma forma integrada a fim de cooperar para a educação da criança, sendo essencial uma efetiva conexão entre os dois (ME, 1997).

Segundo Santos e Toniosso (2014), “o desenvolvimento afetivo da criança também será influenciado pelas relações familiares [...]. A criança, conseqüentemente, será o reflexo da família na qual convive, já que a família é a fonte principal dos valores éticos, morais e culturais de cada indivíduo”. Sendo assim, as relações familiares devem ser pautadas no afeto, cuidado, atenção, respeito, incentivos, entre outros, para que essas influências agreguem de forma positiva no processo ensino aprendizagem e contribuam para as relações interpessoais entre os integrantes da comunidade escolar.

De acordo com Parolin (2003), é necessário que exista a parceria entre família e escola, pois elas são formadoras de cidadãos e se diferem somente em sua forma de educar.

Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 22).

Diante disso, as relações dessas duas instituições devem ser de cooperação, para que a família possa otimizar o trabalho exercido pela escola, estimulando e auxiliando o desenvolvimento da criança. A escola por sua vez, tendo uma prática pedagógica que favoreça a formação do sujeito questionador, sempre considerando a contribuição dos responsáveis no processo ensino aprendizagem, colaborando para a transformação do corpo social (SANTOS; TONIOSSO, 2014).

Epstein e Davies (1997) ressaltam que a família deve participar das tomadas de decisão e interferir na política educativa, e não apenas cooperar nas tarefas propostas pela escola. Pois o êxito dos alunos está diretamente ligado em como essas instituições se comprometem com essa atribuição compartilhada (SOUSA e SARMENTO, 2010).

Analisando essa relação “temos assistido, nos últimos anos, na maioria dos países ocidentais desenvolvidos, à formulação de políticas públicas educacionais visando ao desenvolvimento da participação e da cooperação entre as famílias e a escola” (NOGUEIRA, 2006, p.156). Porém, o que temos observado ao longo do tempo, é o insucesso dessas estratégias, uma vez que a escola reconhece como modelo ideal de família, somente uma forma de organização (pai, mãe e filhos) desconsiderando os demais arranjos familiares existentes em nossa sociedade (CARVALHO, 2004).

De acordo com Marques (2001), embora os professores reconheçam a importância da interação família e escola, existem alguns problemas que dificultam essa relação, são alguns deles: o costume do afastamento entre a família e escola, a sensação de remorso dos pais pelos obstáculos existentes nos estudantes, as novas formas de organização familiar, as repressões culturais e o medo dos docentes que essa interação venha se tornar uma ferramenta de monitoramento de suas ações educativas.

São fundamentais que no espaço escolar sejam planejadas ações que vão de encontro a essas dificuldades, e que os educadores considerem sempre a diversidade da escola e das famílias, valorizando as propostas e a colaboração dos responsáveis, para que esses se sintam parte integrante e ativa no processo ensino aprendizagem de seus dependentes (HOMEM, 2002).

É importante que os docentes tenham um diálogo que seja de fácil compreensão de todos, que os encontros sejam agendados após o horário comercial, facilitando assim, a presença de todos e que tenha um ambiente acolhedor para o atendimento dos pais. Fica sob a responsabilidade do grupo formado por psicólogos e assistentes sociais, planejar idas periódicas a residência dos pais distantes (MARQUES, 2001).

Dessen e Polônia (2007, p.305) reconhecem que os “benefícios de uma boa integração entre a família e a escola é que se relacionam as possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos”. Compete à instituição escolar, basicamente, reconhecer os mecanismos que atravessam a família e a escola e suas singularidades manifestas no decorrer dessa interação, permitindo a elaboração de ações que busquem incluir a família em suas múltiplas definições. (JÚNIOR et al., 2015).

A (in) existência da relação entre a escola e as famílias homoafetivas

Ao longo dos anos, podemos observar variadas mudanças em nossa sociedade. Uma delas foi à nova forma das famílias se estruturarem. O modelo patriarcal, conhecido como modelo ideal de família (pai, mãe e filhos), passou por inúmeras transformações, ocasionando o que hoje conhecemos como novos arranjos familiares. Um dos arranjos familiares que se incluem nestes casos são as uniões homoafetivas, que passaram a ser legalizadas no Brasil em 14 de maio de 2013, através da Resolução 175, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Sabemos que a escola é um espaço em que começam as interações fraternas e o contato com costumes e grupos sociais variados. Nesta, envolve uma coletividade que se manifesta em toda sua pluralidade, abrangendo as famílias dos educandos. (MACHADO; VESTENA, 2017). As famílias homoafetivas são partes integrantes dessa diversidade que compõem a escola. Diante disso é fundamental compreender se de fato, são planejadas estratégias que objetivam a real inclusão desse arranjo familiar no espaço escolar.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que norteia as práticas educacionais, por essa razão ele precisa estar em constante análise a fim de acompanhar as demandas sociais, contemplando as questões relacionadas à diversidade familiar, gênero e sexualidade bem como as semelhanças e diferenças sociais, étnicas, econômicas e culturais, que fazem parte da realidade do cotidiano escolar.

No âmbito escolar ainda é possível observar um retrocesso no que se refere as propostas de inclusão da família, desconsiderando o que se distancia dos padrões normativos e perpetuando práticas conservadoras que determinam o sucesso ou o insucesso do aluno a partir de sua estrutura familiar, muitas vezes reconhecidas como desorganizadas, desviantes, ausentes e instáveis (CARVALHO, 2000, 2004, YUNES; GARCIA, 2007, OLIVEIRA; MARINHO ARAÚJO, 2010).

Segundo Ratto (2007), os estudos sobre esse assunto demonstram um despreparo dos membros que compõem a comunidade escolar em lidar com os embates e a discriminação enfrentados por essas famílias que permeiam no espaço escolar.

De acordo com as entrevistas realizados por Calderón et.al (2016, p.700) com diretores, coordenadores e professores em uma escola de educação infantil, localizada em diversos bairros da cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, foi possível obter as seguintes informações:

Enquanto uma minoria, 17%, acreditava que a comunidade escolar aceitaria tranquilamente as famílias gays ou lésbicas, a grande maioria, 83%, não soube dimensionar se essas famílias adotantes seriam bem aceitas pelos professores, funcionários e as outras famílias dos alunos que frequentam a escola. Constatou-se no discurso dos professores um consenso em torno da dificuldade existente na aceitação social da homossexualidade e, mais ainda, de um arranjo familiar que foge aos padrões da família nuclear.

Diante do exposto, percebe-se que a inclusão dessas famílias no contexto escolar ainda é um desafio, visto que a grande maioria dos educadores tem dificuldade em estabelecer uma relação de convívio, pela falta de conhecimento da realidade dessas famílias e por ainda fazerem distinção no tratamento das mesmas devido a cultura cristã enraizada em nossa sociedade. Esse pensamento vai além, levando a crença de que o processo de aprendizagem desses estudantes pode ser afetado pelo simples fato de pertencerem a famílias homoafetivas.

De acordo com Lacasa (2004), para lidar com toda essa diversidade familiar existente em nossa sociedade, a escola precisa traçar planos de ação com o objetivo de acolher essas famílias e auxiliar os alunos e seus responsáveis a compreender toda essa realidade a fim de evitar o preconceito. Uma ação pouco inclusiva e que precisa ser repensada na escola é a comemoração do dia das mães e dia dos pais, pois desconsidera a realidade dos estudantes não pertencentes a famílias nucleares, causando um incômodo, levando-os ao desinteresse em participar das festas comemorativas como em comparecer a escola, o que favorece assim a evasão escolar (VASCONCELOS, 1989).

Considerando toda essa mudança em nossa sociedade, algumas escolas já incluíram em seu calendário escolar, o dia da família, ao invés de 'dia das mães' e 'pais' como estratégia para alcançar os alunos pertencentes às familiares de relações homoafetivas e as demais formas de família, que compõem a comunidade escolar (FURLANI, 2008a).

Outra prática que também precisa ser repensada é a forma de comunicação entre a escola e a família, que devido a este ambiente conservador, costuma padronizar e alinhar os seus recados com uma estrutura tradicional de família ao se referirem aos responsáveis dos estudantes como pais ou mães, não levando em consideração a existência dos novos arranjos familiares. Uma maneira de comunicação que incluiria todos os membros da comunidade escolar seria mudar o termo pais e mães para senhores pais ou responsáveis, mostrando assim a preocupação em incluir todos no processo escolar dos estudantes (MACHADO; VESTENA, 2017).

Em virtude das transformações que vêm acontecendo em nossa sociedade, os resultados refletem no espaço escolar, por essa razão, pequenas mudanças como essas, podem significar um grande avanço que vai ao encontro da ampliação da inclusão de qualquer estrutura familiar. Uma educação que tem como um de seus objetivos romper com toda e qualquer forma de exclusão, entende como fundamental incluir os arranjos familiares que se diferem do tradicional, independente se os estudantes conversem ou não abertamente sobre a temática (FURLANI, 2008b).

Segundo Souza (2007) algumas instituições, incluindo as confessionais, possuem resistência em acompanhar as transformações, devido a suas crenças religiosas, porém uma reflexão sobre esse desafio se faz necessária, pois a religião é vista por muitos como autoridade e por esse motivo influencia famílias sobre os corpos e a sexualidade.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Pesquisamos na base de dados online Google acadêmico artigos e dissertações publicados entre os anos de 2009 a 2021 com os buscadores apontados na metodologia deste trabalho de conclusão de curso. Em seguida foi feita a leitura de uma parcela e selecionados 2 (duas) dissertações e 8 (oito) artigos cujo o assunto mais se aproximava da temática escolhida para este trabalho.

Os estudos selecionados estão detalhados nos quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Dissertações

Nº	Buscador	Título da Publicação	Ano da Publicação	Tipo	Autores	Procedimento técnico
1	Criança, família, gênero, ludicidade, escola.	Estratégia Lúdica para a aprendizagem da diversidade de arranjos familiares na infância	2018	Dissertação	RODRIGUES, S.R.O.	Pesquisa Bibliográfica e de campo
2	Envolvimento, participação, família, sucesso educativo, Educação Pré-Escolar, 1º Ciclo do Ensino Básico.	A relação escola-família como potenciadora do sucesso educativo	2016	Dissertação	ABREU, D.S.C.	Pesquisa Bibliográfica e de campo

Fonte: A autoria Própria, 2021.

Iniciamos nossa análise, com a Dissertação intitulada “Estratégia Lúdica para a aprendizagem da diversidade de arranjos familiares na infância” de Rodrigues (2018). A mesma teve como objetivo o desenvolvimento de recursos didáticos, como materiais lúdicos, a fim de apresentar as diversas configurações familiares existentes na nossa sociedade, facilitando assim a compreensão de crianças e adultos, sobre o conceito de família e dos arranjos familiares, contribuindo assim, no processo formativo e nas relações sociais da criança. Para alcançar esse objetivo, foi escolhida a metodologia de estudo qualitativa de pesquisa bibliográfica. A partir de uma busca no banco de dados online GOOGLE com os buscadores: família; materiais pedagógicos sobre família; brinquedos sobre família; objetos lúdicos e família foi feito o levantamento de recursos didáticos lúdicos, voltados para a temática referente à organização familiar. Ao final foi produzido um conjunto de materiais pedagógicos lúdicos que ajudassem no desenvolvimento e no entendimento do tema. Nota-se que os docentes acreditam ser relevante o uso de recursos didáticos, porém expõem que há uma ausência de materiais adequados. Conclui-se que é urgente a reunião de pesquisas teóricas por partes dos professores sobre a família e suas diferentes configurações, os processos formativos na infância e o uso do lúdico para fortalecer a mediação da apropriação dos conhecimentos sociais e culturais da sociedade pelas

Anais da XII Mostra Científica da Faculdade Estácio de Vitória – FESV

ISSN: 2358-9515

<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/AMCF>, n.12, v.1, p. 347-374, dez. 2021.

crianças com o estudo do desenvolvimento de materiais pedagógicos como estratégia de aprendizagem sobre a variedade de arranjos familiares.

Abreu (2016) em sua dissertação “A relação escola-família como potenciadora do sucesso educativo”, buscou compreender pela ótica dos educadores as vantagens da participação da família no processo ensino aprendizagem do educando. A escolha da metodologia foi de natureza quantitativa e qualitativa. Os instrumentos utilizados para análise de dados foram adquiridos por meio da revisão de literatura, questionários, entrevistas, observação direta, registro de atividades e análise documental, realizados com professores e encarregados de educação de duas instituições: uma escola de educação pré-escolar situado na cidade de Porto e a outra do 1º Ciclo de Educação Básica, situada na cidade de Maia, Portugal. Com esse estudo, foi possível chegar à conclusão que apesar de na prática a relação família e escola ainda apresentar alguns obstáculos, como a questão dos desencontros de horários devido às demandas dos encarregados de educação e a falta de confiança entre eles, os profissionais da educação de forma unânime, consideram potencializadora a participação da família no processo ensino aprendizagem das crianças, e que os aspectos sociais, econômicos e culturais também influenciam nesse processo, favorecendo que os alunos alcancem êxito em sua formação integral. Para isso entende-se que a escola deve buscar novas estratégias de comunicação, para que as famílias sintam-se envolvidas, motivadas e pertencentes aquele espaço, estabelecendo assim, uma relação de parceria.

Quadro 2 – Artigos

Nº	Buscador	Título da Publicação	Ano da Publicação	Tipo	Autores	Procedimento técnico
1	Família homossexual, Adoção de crianças, Escola e família	Novos Desafios e Demandas à Comunidade Escolar: A Escola e a Educação de Crianças Adotadas por Famílias Gays	2016	Artigo	CALDERÓN, A.I.; MOTT, M; ALVES, A.A.C; LIMA, A.C.	Pesquisa Bibliográfica e de campo
2	Novos arranjos familiares, Educação infantil.	A escola e os novos arranjos familiares	2009	Artigo	MOTT, M; CALDERÓN, A.I; LIMA, A.C; ALVES, A.A.C.	Pesquisa Bibliográfica

3	Educação; família; escola; relação família-escola; processo pedagógico.	A importância da relação escola-família	2014	Artigo	TONIOSSO, J.P; SANTOS, L.R.	Pesquisa Bibliográfica
4	Família; Instituições; afetos	Transformações institucionais: um estudo sobre os novos arranjos familiares	2017	Artigo	ZANI, M.R; MANSANO, S.R.V.	Pesquisa Bibliográfica
5	Arranjos familiares, Rede de ensino, Logit, Ordem de nascimento.	Os arranjos familiares importam no momento de decidir em qual rede de ensino matricular os filhos?	2018	Artigo	RIZZOTTO, J.S; FRANÇA, M.T.A; FRIO, G.S.	Pesquisa Bibliográfica
6	Famílias Não Convencionais, Escola, Estratégias Educacionais	Famílias não convencionais na escola: a (in)eficiência das estratégias de (des)integração	2015	Artigo	JUNIOR, I.B.O; LIBORIO, R.M.C; MAIO, E.R.	Pesquisa Bibliográfica
7	. PIBID, Parentalidade, Formação de Leitores.	Novos arranjos familiares na contemporaneidade: uma proposta para a sala de aula	2016	Artigo	SILVA, A.R.C; SILVA, M.M.	Pesquisa Bibliográfica
8	Comunicações impressas, diversidade sexual, relação família-escola	Diferentes configurações familiares na escola: Uma reflexão para seu acolhimento	2017	Artigo	MACHADO, D.A; VESTENA, R.F.	Pesquisa Bibliográfica e documental

Fonte: Autoria Própria, 2021.

O artigo “Novos Desafios e Demandas à Comunidade Escolar: A Escola e a Educação de Crianças Adotadas por Famílias Gays” de Calderón et.al (2016) tem o objetivo de compreender como ocorre a relação escola e família, a partir das demandas e dos desafios expostos a essa instituição, visto que por determinação judicial, as famílias gays e lésbicas ganham o direito da adoção. Os resultados desse estudo foram obtidos através da pesquisa qualitativa, entrevistas e análise de conteúdo das mesmas. Participaram desse estudo, 12(doze) professores da educação infantil, sendo eles três diretores, três coordenadores e seis professores, do município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, um casal homossexual adotante, pais de uma criança

Anais da XII Mostra Científica da Faculdade Estácio de Vitória – FESV

ISSN: 2358-9515

<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/AMCF>, n.12, v.1, p. 347-374, dez. 2021.

adotiva e profissionais de uma escola particular onde a criança estuda (diretora de escola, coordenadora pedagógica, uma professora e uma mãe de aluno da comunidade escolar). De maneira a concluir, os docentes muitas vezes mostram uma falta de conhecimento ao lidar com essas novas formas de família e com a comunidade escolar, assim como aconteceu quando crianças e jovens com necessidades especiais foram incluídas no ensino regular. O trabalho coletivo dos profissionais de educação, a criação de políticas públicas por parte do Ministério da educação, novas metodologias de trabalhos com as famílias e a busca de novos conhecimentos diante desse contexto, são práticas fundamentais no enfrentamento dessa nova realidade do cotidiano escolar, na tentativa de mudar o olhar em torno das famílias gays e lésbicas, visando uma educação inclusiva.

Mott et.al (2009) em seu artigo “A escola e os novos arranjos familiares” buscam compreender a diversidade dos novos arranjos familiares, especialmente a adoção legal de crianças por casais homossexuais e sua relação com a Educação Infantil, visto que a escola é um local de construção de valores que visa a formação integral dos cidadãos. Foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica com os seguintes descritores: novos arranjos familiares, homossexualidade, educação infantil. Conclusão Diante da realidade cada vez mais múltipla em nossa sociedade se faz necessário uma reflexão de todo e qualquer cidadão sobre a importância de vivermos juntos, considerando nossas igualdades e diferenças. Apesar de distintas, a família e escola precisam ser parceiras, buscando criar espaços formativos que alcancem as crianças tendo como princípio a felicidade e a cidadania. É fundamental deixar para trás as morais do dever, e admitir a cada um o direito e a capacidade de conciliar sua identidade cultural e sua participação no universo técnico. Essas diferenças, indiferenças e preconceitos devem ser vencidos, para o bem do desenvolvimento da humanidade.

A pesquisa de Toniosso e Santos (2014) “A importância da relação escola-família” busca refletir a respeito do envolvimento entre as duas instituições, escola e família, na trajetória ensino aprendizagem do estudante, na intenção de obter estratégias que contribuam nos desafios presentes no contexto escolar. Trata-se de uma pesquisa teórica bibliográfica em artigos, trabalhos que se aproximaram do assunto estudado, bem como na legislação em vigor. Dessa forma, compreende-se que a relação da

escola e família deve ser de envolvimento e participação, tornando a escola um ambiente propício para o aprendizado do estudante. A família deve encorajar, conduzir e acompanhar o processo educacional do estudante de forma articulada com a escola, e essa ter ações que promovam a formação crítico reflexivo do indivíduo, valorizando a participação dos pais para que assim ocorra a transformação na sociedade.

O artigo de Zani e Mansano (2017) “Transformações institucionais: um estudo sobre os novos arranjos familiares” tem como objetivo estudar a família a partir de um olhar histórico, visando entender os impactos sociais dos arranjos familiares mais recentes em nossa sociedade, assim como a afetividade vivenciada perante a essas novas configurações. Este estudo foi embasado em pesquisa teórica. Inicialmente, foi feita uma breve caracterização histórica sobre as principais transformações nas estruturas familiares. Logo após, foram analisadas as mudanças mais recentes e selecionados três modelos de família: as famílias reconstituídas, as famílias sem filhos e as famílias homoafetivas. Por fim, foi observado como a sociedade contemporânea compreende os modos de vida que se diferenciam da família nuclear burguesa. A pesquisa demonstrou que grande parte da população coloca em primeiro lugar a satisfação pessoal acima da necessidade de reproduzir, diferente do que acontecia com a família burguesa. O conceito de família está em constante mudança, além dos laços sanguíneos deve-se levar em consideração os laços afetivos. Apesar das mudanças explícitas, a sociedade insiste em manter os valores tradicionais, ignorando a existência dos novos arranjos familiares. Porém, as transformações na estrutura da família continuam em movimento, independente do conservadorismo enraizado em nossa sociedade, causando embates, desconforto e discriminação em relação a essas novas configurações de família.

Rizzotto et.al (2018) buscaram analisar em seu artigo “Os arranjos familiares importam no momento de decidir em qual rede de ensino matricular os filhos?” se os arranjos familiares (monoparentais ou biparentais) influenciam no momento de escolher em qual instituição de ensino, pública ou privada, matricular os filhos entre zero e 18 anos. Além disso, pretende saber se as chances mudam conforme o nível de ensino, o sexo e a ordem de nascimento da criança. A metodologia ocorreu por revisão de literatura, abordagem de fontes de dados, estatísticas descritivas e estratégia empírica. Ao final foram discutidos os resultados, onde se conclui que alguns dos

fatores observados pelos pais no momento de matricular seus filhos, são a renda e a qualidade do ensino, pais com maior poder aquisitivo, escolhem a rede privada. Outra observação a ser feita, é que crianças do sexo feminino, pertencentes a um arranjo monoparental feminino têm maiores chances de estudar na rede privada, pois a mãe busca com essa decisão proporcionar maiores condições para que sua filha tenha uma futura independência financeira, fugindo do modelo patriarcal. Em relação a ordem de nascimento, independente da estrutura familiar, o primogênito e o segundo filho têm maiores chances de frequentar o ensino privado. Já o arranjo monoparental masculino é o que tem o costume mais variado, merecendo uma análise mais minuciosa, pois os indicadores mostram que as escolhas entre os sexos são diversas. Sobre o nível de ensino, o que mais recebe matrícula na rede privada é o jardim de infância ou maternal, devido à importância em investir na educação nos anos iniciais para a vida da criança. De acordo com o autor, apenas após ampliar o olhar sobre as transformações na família, suas influências sobre os resultados e satisfação é que as políticas públicas poderão ser efetivas.

O estudo de Junior et.al (2015) em “Famílias não convencionais na escola: a (in)eficiência das estratégias de (des)integração” tem como objetivo observar como ocorre as relações entre a escola e as novas configurações familiares, que fogem do padrão socialmente instituído e apresentar as estratégias relacionadas a integração da família na escola para uma participação concreta da família no processo educacional. Para esse fim foi escolhida pesquisa bibliográfica. Assim, entende-se que é fundamental a análise dos currículos atuais educacionais e a reflexão das ações de inclusão da família na escola que necessitam construir uma nova forma de enxergar as novas composições familiares. É necessário que se desenvolva práticas em programas de formação inicial e continuada voltada na construção de uma escola democrática e flexível diante das transformações resultante nas perspectivas cognitivas, sociais, econômicas, culturais e afetivas aos quais estão sujeitas às famílias em composições não tradicionais, visando vencer o preconceito e a padronização imposta pela sociedade.

Silva e Silva (2016) no artigo “Novos arranjos familiares na contemporaneidade: uma proposta para a sala de aula” buscam estimular o pensamento reflexivo sobre os novos arranjos familiares, formando cidadãos conscientes quanto à diversidade e a

pluralidade que compõem a nossa sociedade contemporânea, temática essa que não pode deixar de ser abordada na instituição escolar. Focando em saber como se dá a apresentação dessas novas configurações familiares em sala de aula, problematizando o conceito de família e a sua luta pela aprovação, que seguem sendo discriminadas devido às crenças e valores culturais e sociais que não reconhece como legítimo o que difere do padrão instituído. Foi escolhida como metodologia a pesquisa bibliográfica a partir de obras literárias que abordassem o assunto das reconfigurações familiares. Para fundamentar a proposta de intervenção do estudo, além da sua experiência acadêmica, o autor recorreu a estudiosos que discorreram sobre o conceito de família, além do que já está enraizado na sociedade. Concluindo assim, a importância de fazer com que essa temática esteja presente no ambiente escolar, visto que a escola não está de fora dos acontecimentos vivenciados pelos alunos que a frequentam. Faz-se necessário a conscientização dos alunos em relação às transformações sociais, políticas, culturais e econômicas que atingem, sobretudo a família, fazendo com que a escola ultrapasse as barreiras do heterocentrismo familiar, a fim de que possamos formar cidadãos críticos, mas, principalmente, abertos à diversidade, ao respeito à diferença.

No trabalho de Machado e Vestena (2017), os autores discorreram sobre o tema “Diferentes configurações familiares na escola: Uma reflexão para seu acolhimento” com o intuito de verificar como tem sido o acolhimento e a comunicação da escola com as diversas estruturas familiares dos alunos da educação básica, por meio de comunicados e convites impressos para eventos escolares. A metodologia utilizada consiste em uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Posterior à revisão bibliográfica sobre as diversas formas de composição familiar existente na sociedade contemporânea, foram examinados exemplos de comunicados e bilhetes impressos, enviados aos alunos pelas escolas, tanto pública como privada, no ano de 2015, pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2004). Chegou-se a conclusão que uma das causas da ausência dos responsáveis dos estudantes na escola, é a falha na comunicação e percepção dos profissionais da educação. Foi percebido nos documentos analisados quatro maneiras das escolas se comunicarem com as famílias: as direcionadas aos pais (mãe e pai), as direcionadas aos pais ou responsáveis, as direcionadas apenas a mãe ou ao pai e a última, direcionada as

famílias. Nota-se que não há um alinhamento na comunicação entre a gestão e os docentes, transmitindo certa indecisão ou ignorância na forma de se comunicar com as famílias, permanecendo o padrão de família nuclear, excluindo assim, todas as outras composições familiares. Foi observado que algumas escolas, parecendo ser mais inclusivas, fizeram a modificação da comemoração do dia das mães ou dia dos pais, para a comemoração do dia da família. Porém nos convites, o modelo de família ilustrado nas imagens ainda permanece a de uma família heteronormativa. Diante do exposto, entende-se que a maneira que melhor contempla os diferentes arranjos familiares, seria aquela que menciona senhores pais ou responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da faculdade Estácio de Sá, teve como objetivo compreender como ocorre a relação da escola e os novos arranjos familiares, cada vez mais presentes na sociedade contemporânea. Com este estudo de cunho bibliográfico foi possível verificar como ocorre à relação da escola e a família, quando essas não pertencem ao padrão heteronormativo imposto pela sociedade.

Foi traçado um breve histórico referente às transformações que aconteceram na forma como as famílias se constituem, fazendo-se necessária a mudança do seu conceito. Alguns acontecimentos como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a lei do divórcio, a legalização da união homoafetiva e a adoção por parte das mesmas, favoreceram que essas transformações fossem cada vez mais presentes na sociedade e conseqüentemente na escola, que necessariamente precisa acompanhar todas essas mudanças.

Sabemos que a escola é um local, que junto com a família, auxilia os estudantes a ampliarem seus conhecimentos e a interagirem de forma crítica e participativa. Foi possível observar por meio das pesquisas, a importância da participação ativa da família na escola como potencializadora no processo educativo dos alunos. Porém, a instituição escolar encontra alguns desafios em acolher e estabelecer uma relação de parceria com as famílias que fogem do padrão tradicional, especialmente as famílias compostas por casais homoafetivos, essas que enfrentam maior preconceito tanto por

parte da escola, quanto por parte dos pais dos alunos, pois a escola ainda desconsidera essa configuração familiar. Apesar das tentativas de inclusão dessas famílias no cotidiano escolar, a escola tem fracassado devido à falta de conhecimento e resistência, muitas vezes causada pelas crenças dos docentes, levando a uma falta de habilidade em criar estratégias para alcançar essa inclusão.

Diante do exposto, se faz necessário planejar estratégias com o objetivo de contribuir para a construção de uma escola democrática e inclusiva, de forma a conscientizar a comunidade escolar por meio de palestras, informativos sobre a temática diversidade familiar, buscando fundamentar as práticas pedagógicas numa perspectiva progressista e inclusiva. É fundamental a implementação de políticas públicas em programas de formação inicial e continuada que visa uma instituição inclusiva e maleável diante das transformações das questões cognitivas, sociais, econômicas, culturais e afetivas aos quais estão sujeitas as composições familiares não tradicionais, rompendo com o preconceito e a intolerância a que estão expostas.

A análise do PPP e os atuais currículos devem ser frequentes e neles devem conter orientações e práticas sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade familiar, que fazem parte da realidade do cotidiano escolar. Outro ponto a ser considerado, são os recados e convites de datas comemorativas enviados as famílias, esses precisam estar direcionados "aos responsáveis", evitando os termos e as ilustrações padronizadas, fugindo da tradicionalidade. Uma prática também importante é adotar no calendário escolar, o "dia da família" no lugar do dia dos pais ou das mães, prevenindo assim a exclusão de alguns modelos familiares e fazendo com que esses se sintam pertencentes a aquele espaço.

É necessária a análise e a reformulação dos materiais didáticos, usando o lúdico como instrumento didático, a fim de contribuir para a discussão do tema em questão, de forma a possibilitar a compreensão dos diferentes arranjos familiares, a fim de evitar o preconceito presente na escola. O objetivo não é privilegiar uma família em detrimento de outra, mas sim fazer com que as concepções que constituem as diretrizes nacionais na área da educação estejam presentes de fato nos materiais didáticos, nos manuais dos professores e, acima de tudo, na gestão escolar. Essa preocupação é crucial, pois é no dia a dia da escola que acontece uma série de condutas

discriminatórias direcionadas as famílias que fogem dos padrões tradicionais, ao beneficiar em suas ações somente uma forma de composição familiar.

Em concordância com Hironaka (2011), acreditamos que:

A escola precisa reconhecer que [...] neste tempo em que até o milênio muda, muda à família, muda o seu cerne fundamental, muda à razão de sua constituição, existência e sobrevivência, mudam as pessoas que a compõem onde os sujeitos passam a ter a coragem de admitir que se case principalmente por amor, pelo amor e enquanto houver amor. Pois só a família assim constituída pode ser mesmo aquele remanso de paz, ternura e respeito, lugar em que haverá mais que em qualquer outro, para todos e para cada um de seus componentes, a enorme chance da realização de seus projetos de felicidade (HIRONAKA, 2011, p.11).

Uma instituição escolar que promove a inclusão, não se preocupa apenas em garantir o acesso do indivíduo nas salas de aula, mas sim em acolher os diversos alunos e suas diversas famílias, no currículo escolar. Não apenas pelo que expõem na fala ou na prescrição, mas também nas propostas das tarefas escolares. “Essa inclusão se traduz na visibilidade de sua cultura e de sua história no currículo escolar e na ressignificação positiva dessas identidades e desses sujeitos” (FURLANI, 2008b, p.48).

REFERÊNCIAS

ABREU, Daniela Sofia Casanova. **A relação escola-família como potenciadora do sucesso educativo**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11796/2300>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 02.ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1981. Disponível em: <<http://files.grupo-educacional-vanguard8.webnode.com/200000024-07a9b08a40/Livro%20PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 6515, de 26 de dezembro**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm>. Acesso em: 30 de setembro 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei no 11.340, de 7 de agosto**. Diário Oficial da União, p. I. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/at02004-2006/2006/1ei/11340.htm>. Acesso em: 04 de outubro 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto**. Diário Oficial da União, p.1 .2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2007/2010/2009/lei/112010.htm>. Acesso em: 24 de outubro 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.069 de 13/07/90**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CALDERÓN, A. I. & GUIMARÃES, R. Família: “A Crise de um Modelo Hegemônico”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XV, n. 46, dez. 1994, pp. 27. Disponível em: Acesso em

CALDERÓN, ADOLFO IGNACIO et al. **Novos Desafios e Demandas à Comunidade Escolar**: A Escola e a Educação de Crianças Adotadas por Famílias Gays. COSTA, H.; INACIO, E.; GARCIA, W, 2016. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/novos_desafios_e_demandas_a_comunidade_escolar.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p. 41-58. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/nz4YCKy5vtkF8NKYSsVHwTr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2021.

_____. Relações entre a família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110. Jul./2000, p. 143-155. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/HT5GHGQWRRjKW85grgV3vdd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

DA SILVA, Anderson Rany Cardoso; DA SILVA, Marcelo Medeiros. **Novos arranjos familiares na contemporaneidade**: uma proposta para a sala de aula. disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlije/2016/TRABALHO_EV063_MD1_SA15_ID479_18072016141803.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

DAVIES, D. et al. (1989). **As escolas e as famílias em Portugal**: realidades e perspectivas. Lisboa: Livros Horizonte.

DE ALMEIDA MACHADO, Daniele; DE FÁTIMA VESTENA, Rosemar. Diferentes configurações familiares na escola: Uma reflexão para o seu acolhimento. **Itinerarius Reflectionis**, v. 13, n. 2, p. 01-18, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/46042/23887>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32. ISSN 0103-863X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>>. Acesso em: 29 setembro 2021.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas a um começo na educação infantil e no ensino fundamental. In: FURLANI, J. (org.) **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico racial numa proposta de respeito às diferenças**. Florianópolis: UDESC, 2008a. p.71-101.

FURLANI, J. Pressupostos teóricos e políticas de educação sexual de respeito as diferenças: argumento a favor de um currículo pós-critico In: FURLANI, J. (org.) **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico racial numa proposta de respeito às diferenças**. Florianópolis: UDESC, 2008b. p. 43-55.

GIBERTI, E. **La Familia a Pesar de Todo**. Buenos Aires, Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2007.

GIL, A. C; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed., São Paulo : Atlas. 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.isced.ac.mz/handle/123456789/707>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

GROSSI, M. “Gênero e Parentesco: Famílias Gays e Lésbicas no Brasil”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003, pp. 261-289. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/DthHfWHWWQyxp4kPVKDqSzy/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

HIRONAKA, G. M. F. N. Família e Casamento em Evolução. In: **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, nº 1, abr./jun. 1999, p. 7-17.

HOMEM, M., (2002). **O jardim de infância e a família**. As fronteiras de cooperação. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

IAMAMOTO, M. V. Família na Contemporaneidade. In: SALES (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012.

LACASA, P. Ambiente familiar e educação escolar: A interseção de dois cenários educacionais. Em C. Cool, A. Marchesi, & J. Palacios (orgs.). **Desenvolvimento psicológico**. Porto alegre: Artmed, 2004. p. 403-419.

LIBÓRIO, R. M.C.; KOLLER, S.H. (orgs). **Adolescência e juventude**: risco e proteção na realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.p.185-217.

MACHADO, D. DE A., & VESTENA, R. DE F. (2017). diferentes configurações familiares na escola: Uma reflexão para o seu acolhimento. **Itinerarius Reflectionis**, 13(2), 01–18. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rir.v13i2.46042>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

MARQUES, R. **Educar com os pais**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MELLO, L. “Familismo (Anti)homossexual e Regulação da Cidadania no Brasil”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 14, n. 2., maio-set., 2006, pp. 497-508. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200010>>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

MELLO, L. “Outras Famílias: A Construção da Conjugalidade Homossexual no Brasil”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, jan.-jun. 2005, pp. 197-225. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100010>>. Acesso em: 5 de outubro de 2021.

MICHAELIS: **Dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

MOTT, Michel et al. A escola e os novos arranjos familiares. **Saúde Coletiva**, v. 6, n. 28, p. 63-66, 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/842/84202807.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, C. B. E. MARINHO ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**. Campinas, janeiro-março. 2010, p. 99-108. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. de; LIBÓRIO, R. M. C. Famílias não convencionais na escola: a (in)eficiência das estratégias de (des)integração. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 63, p. 270–279, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i63.8641183. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641183>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Atica, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pfVADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Gest%C3%A3o+democr%C3%A1tica+da+escola+p%C3%BAblica&ots=jlcuKFBpcD&sig=6h2RrF5bMGP0F2uFMRjC8BGyKAM#v=onepage&q=Gest%C3%A3o%20democr%C3%A1tica%20da%20escola%20p%C3%BAblica&f=false>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

PAROLIN I. **Professores formadores**: a relação entre família, a escola e aprendizagem: práticas educativas. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre; 2003.

PICANÇO, A. L. B. (2012). **A relação entre a escola e família**. As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Relatório de Mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus, Portugal. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

PORTUGAL. Ministério da Educação. (1997). **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar**. Lisboa: Ministério de Educação/Departamento de Educação Básica.

PRETO, V. **Exclusão social e questões de gênero**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

RATTO, A. L. S. **Livros de ocorrência**: (in) disciplina, normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000300019>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S.T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/44188598/LIVRO_-_Psicologia_social_-_o_homem_em_movimento_-_LANE_Silvia_CODO_Wanderley_Orgs-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1637678127&Signature=Rvchm--Y3fNxyTPbGZv058ZDHwq5BIFotcOQVugau8lxXlulV9SwUrtvJxkR2WgzpcMxZA-a76nz7dX05vegAchRD81dfpQ20ocAxCoI8GCWyrvgvRFLAEGXRyeQdDfc4e0icW0y7GECNkyM3qcLA6NwKbeSeVaVkGTxa79~ml2ndC7LagZ-51CKiZx28CqNw6U7V7ypzWw9XInl18fcV3s-lc9PrhOkL0IUybbNk5BVydNV2YCJLkMq-cXdcuS8ldPvy4mzAvllyNG9~FqcHct4sBytLNh6PA8NpiQxCVLjrmtYynqevixGvsWnnerdShxGuXBoneQvSOGCoVAOteg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=98>. Acesso em 15 de outubro de 2021,

RIZZOTTO, Júlia Sbroglia; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; FRIO, Gustavo Saraiva. Os arranjos familiares importam no momento de decidir em qual rede de ensino matricular os filhos?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/GsVFvrK58HxMLMh667FYjRM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

RODRIGUES, Sylvia Regina de Oliveira. **Estratégia lúdica para a aprendizagem da diversidade de arranjos familiares na infância**. 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/153814>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

ROMANELLI, O.O. **História da educação no Brasil**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SACRISTAN. G.J. A. **Educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTOS, Luana Rocha dos. **A importância da relação escola-família**. 2014. Disponível em: <<https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074149.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

Anais da XII Mostra Científica da Faculdade Estácio de Vitória – FESV

ISSN: 2358-9515

<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/AMCF>, n.12, v.1, p. 347-374, dez. 2021.

SOUSA. M & M, SARMENTO. T. (2010). Escola – Família -Comunidade: Uma relação para o sucesso educativo. **Gestão e Desenvolvimento**. 17-18. 141-156. Disponível em:

<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9117/1/gestaodesenvolvimento17_18_141.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

SOUZA, B. P. Funcionamentos escolares e a produção do fracasso escolar. In: B. P. Souza, (org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.p.241-278. Disponível em: <<https://orientacaoaqueixaescolar.ip.usp.br/wp-content/uploads/sites/462/2020/11/CAP.10.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. In: **Serviço Social e sociedade**. Ano XXIII, nº 71; Cortez, 2002.

VASCONCELLOS, C.S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

YUNES, M. A, M; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicol. Reflex. Crit.** vol.20, n.3, 2007, p. 444-453. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300012>>. Acesso em: 5 de novembro de 2021.

ZANI, Marina Rocha; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Transformações institucionais: um estudo sobre os novos arranjos familiares. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 38, n. 1, p. 21-34, 2017. Disponíveis em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d4e2/c1e4214c719ea7deb2b8e7a98577572cb754.pdf>> Acesso em 23 de setembro de 2021.

